

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 168.886 - SP (2019/0310841-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**  
**SUSCITANTE** : **JUÍZO FEDERAL DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE PIRACICABA - SJ/SP**  
**SUSCITADO** : **JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE PIRACICABA - SP**  
**INTERES.** : **ARISTIDES ANTONIO DAS NEVES**  
**ADVOGADO** : **JOSÉ PINO - SP140377**  
**INTERES.** : **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

**DECISÃO**

Trata-se de Conflito Negativo de Competência entre o Juízo Federal do Juizado Especial Federal Cível de Piracicaba SJ/SP e o Juízo de Direito da 2ª Vara Cível de Piracicaba -SP, nos autos de ação na qual a parte autora busca a suspensão da cobrança de valores decorrentes de revisão administrativa que constatou concessão irregular de Auxílio-suplementar Acidente de Trabalho, no período de 01.07.2011 a 31.07.2016.

O autor requereu, no INSS, a concessão de Auxílio-Suplementar Acidente do Trabalho, que começou a ser pago em 01.06.1994, e, em 02.12.2010, a autarquia concedeu aposentadoria por invalidez. O beneficiário, então, permaneceu recebendo ambos os benefícios previdenciários.

Constatado o erro, o INSS emitiu guia de recolhimento, para que fossem devolvidos aos cofres públicos os valores recebidos irregularmente. A demanda na qual foi suscitado o conflito busca discutir a impossibilidade de devolução dos valores, porque recebidos de boa-fé pelo autor e por ter natureza alimentar.

**É o relatório.**

**Decido.**

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 22.10.2019.

Como bem delimitado pelo *Parquet*, o objeto em discussão nos autos refere-se à irregularidade de recebimento do auxílio suplementar por acidente de trabalho e aposentadoria por invalidez de forma concomitante. Não está em discussão a verificação da situação incapacitante, em si, esta é incontroversa nos autos.

Dessarte, a competência para o julgamento do feito é da Justiça Federal.

A propósito:

PREVIDENCIÁRIO. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AUXÍLIO DOENÇA. CRITÉRIOS PARA FIXAÇÃO DA COMPETÊNCIA. PEDIDO E CAUSA DE PEDIR. PEDIDO QUE REVELA A NATUREZA PREVIDENCIÁRIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA CONHECIDO PARA DECLARAR COMPETENTE A

JUSTIÇA FEDERAL.

1. A competência para julgar as demandas que objetivam a concessão de benefício previdenciário relacionado à acidente de trabalho deve ser determinada em razão do pedido e da causa de pedir. Nesse sentido: CC 107.468/BA, 3a. Seção, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJe de 22/10/2009.

2. No caso dos autos, conforme se extrai da Petição Inicial, o pedido da presente ação é a Conversão de Amparo Social para Auxílio-Doença e/ou Aposentadoria, não tendo feito qualquer alusão a acidente de trabalho. Logo, a competência para processar e julgar a presente demanda é da Justiça Federal.

3. Conflito de Competência conhecido para declarar competente o Juízo Federal de Bom Jesus da Lapa - SJ/BA .

(CC 163.546/BA, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 13/03/2019, DJe 20/03/2019)

**Diante do exposto, conheço do Conflito de Competência para declarar competente o Juízo Federal do Juizado Especial Federal Cível de Piracicaba SJ/SP, o suscitante.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN

Relator